



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253

v. 16, n. 1/2, jan./dez. 2010

## Historiografia e Educação:

uma questão de método (sobre práticas de imposição de uma leitura correta da história)

---

ANDRÉ LUIZ BIS PIROLA

---

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

JUÇARA LUZIA LEITE

---

Universidade Federal do Espírito Santo

### RESUMO

Considerando a crescente atenção da historiografia às realidades históricas concebidas como regionais e locais, pretendemos compartilhar reflexões acerca de algumas possibilidades de usos de fontes e procedimentos referentes a essa historiografia. Destacaremos, para essa abordagem, o contexto da Província do Espírito Santo da segunda metade do século XIX, objetivando compreender como os indivíduos e grupos, através de suas *lutas, leis e livros* buscaram impor o que seria a *correta leitura* da história e de seu ensino. No intuito de captar os embates por essa representação (*lutas*), discutiremos o esforço metodológico no tratamento das fontes, identificadas, aqui, por *leis e livros*.

**Palavras-chave:** Historiografia. Educação. Método.

## Historiography and Education:

a matter of method (on practices of imposing a correct reading of history)

### ABSTRACT

We intend to share reflections on possibilities of use of sources and procedures concerned with historiography, by considering the growing attention of historiography towards realities called 'regionais' or local. We will focus on the middle XIX century of the Province of Espírito Santo (Brazil) to understand how groups and individuals imposed a *correct reading* of History and its teaching through their *struggles, laws and books*. We discuss the methodological endeavor implicated in the handling of sources, which are, in this case, *laws and books*, in order to pick up the clashes for this representation (*struggles*).

**Key words:** : Historiography. Education. Method.

#### André Luiz Bis Pirola

Doutorando em Educação: História, Política e Sociedade na PUC-SP.

#### Juçara Luzia Leite

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFES).

## INTRODUÇÃO

Considerando a crescente atenção da historiografia às realidades históricas concebidas como regionais e locais, pretendemos compartilhar reflexões acerca de algumas possibilidades de usos de fontes e procedimentos referentes a essa historiografia.

Destacaremos, para essa abordagem, o contexto da Província do Espírito Santo da segunda metade do século XIX, objetivando compreender como os indivíduos e grupos, através de suas *lutas, leis e livros* buscaram impor o que seria a *correta leitura* da história e de seu ensino. Para tanto, concebemos as *lutas* como lutas entre representações - produtoras e produto de *práticas culturais*, ordenações simbólicas que não só significam a realidade, mas, fundamentalmente, a produzem (CHARTIER 1990; 2009). E, no intuito de captá-las, discutiremos o esforço metodológico no tratamento das fontes, identificadas, aqui, por *leis e livros*.

Logo, tratamos não de lutas desencarnadas, desprovidas de sujeitos, mas do cadinho onde fervilham indivíduos afinizados em comunidades de interpretação, em diferentes grupos que, a partir de critérios por eles mesmos validados, se impõe aos outros, plasmando identidades peculiares, engendrando formas específicas de estarem no mundo.

## AS LUTAS

Imersos no futuro idealizado pelos construtores da história nacional, talvez não vislumbremos, ainda hoje, nitidamente, a extensão dos campos das batalhas pelo cânone historiográfico e metodológico. Terrenos acidentados por interesses que não irradiaram necessariamente dos centros políticos ou administrativos, mas que inflamaram e consumiram, contrastaram e convergiram, em momentos e lugares diversos. Interesses que constituíram suas próprias arenas, nas quais os senhores da História esgrimiram poderes.

Daí, a pertinência de uma historiografia – particularmente da Educação – que, além de problematizar os mitos da fundação nacional, problematize também a mitificação historiográfica que evoca o nacional, regional e local, menos como recortes

geográficos ou metodológicos, e mais como projetos legitimadores.

Nesse sentido, colabora, ainda, o fato de que boa parte das pesquisas não mais ignora os projetos civilizadores e identitários obstinados por consolidação nos diversos documentos oficiais ou reformas educacionais; não mais desconhece que a emergência da escrita historiográfica e didática estabeleceu (e ainda estabelece) contatos e conflitos entre os interesses ligados a seleções de memória ou templos do saber; sabe que no cerne dos embates deflagrados sempre esteve em jogo o poder de impor a correta História e Ensino.

Assim, a partir das reflexões aqui expostas, propomos um olhar metodológico parcimonioso sobre os Brasis que coexistiam (e coexistem) com um Brasil idealizado, compreendendo, mais claramente, aspectos da conflituosa dinâmica distributiva, comutativa e restritiva dos bens materiais e simbólicos promovida pelos sujeitos. Nesse sentido, focaremos as práticas de imposição de uma dada leitura de Espírito Santo na história local e regional e sua didatização.

## LEIS E LIVROS

Dentre muitas outras fontes possíveis, privilegamos *leis e livros* ao garimpo das práticas de *leitura forçada* (CHARTIER, 1990; 2008; 2009). Atentamos que, no que diz respeito às fontes oficiais para uma História da Educação, devemos muito nos precaver. Por muito tempo, e ainda hoje, não raro observamos usos indiscriminados (em pesquisas locais e regionais), por exemplo, de Planos de Estudos da Instrução Pública, Inventários Escolares, ou Relatórios de Presidência de Província. Para a historiadora francesa do ensino de História, Bruter (2007, p. 18), um primeiro erro seria querer encontrar nos textos oficiais do início do período a precisão dos textos atuais, pois isto “seria esquecer que os textos oficiais têm, eles também, uma história [...]: os 'progressos' observáveis através desses textos oficiais são, para uma boa parte deles, aqueles da administração da instrução pública e de seu controle sobre os estabelecimentos de ensino”.<sup>1</sup>

O tratamento dessas fontes (e de outras semelhantes), muitas vezes, apressado pela ansiedade da obtenção dos resultados, tem produzido percepções obliteradas dos

<sup>1</sup> Tradução dos autores.

documentos como depositários de uma realidade translúcida; correspondências simplificadas entre datas, nomes e números; corroborações precoces das hipóteses de investigação. Documentos oficiais são perigosos - entre outros motivos, por saberem-se oficiais. Considerando-os como testemunhos voluntários, ou seja, como esforço de persuasão, não deveríamos prescindir do rigor da crítica documental, ressignificada pelas balizas teóricas escolhidas pelo pesquisador. Algumas questões fundamentais emergem dessa constatação:

Como esses documentos se autoqualificam? Quais finalidades objetivaram a produção desses documentos? Quais forças fomentaram ou mantiveram esta produção? Quais conceitos, fatos e hipóteses sustentam tais documentos? Quais outros documentos são referenciados pelos documentos analisados? Como os suportes de tais documentos constituíam-se originalmente, como se constituíram finalmente, e como tal transição afetou o que foi dado a ler? Ainda... Quais são os modelos de interpretação propostos? Quais interlocutores são privilegiados para se pensar com e contra? Como os autores trabalham (ou não trabalham) conflitos e consensos? Como os conflitos se explicitam entre grupos diferentes, mas, também, dentro dos mesmos grupos? Quais indivíduos e grupos concorrem para afirmarem seu poder?

Enfim... questões que acreditamos contribuir para que nossos trabalhos não se enquadrem entre aqueles que, segundo Bittencourt (1993, p. 44), subsidiados geralmente pelas mesmas perguntas e pelas mesmas fontes (via de regra, oficiais), chegam às mesmas conclusões das abordagens tradicionais da historiografia - no caso educacional -, não transcendendo a denúncia de um "caráter elitista e precário da educação do período". Logo, referimo-nos às *Leis*, sobretudo, como a concretização vitoriosa de diversos e complexos confrontos de interesses. Um pouco daquilo que compreendemos como condensação de um processo histórico, consubstanciada por escritos e inscritos, consensos e dissensos, por predileções e recusas de documentos oficiais.

Dessa forma, *Leis*, aqui, também alcança os documentos objetivados como dispositivos normativos ou de orientação oficial: legislações da administração pública, planos de estudos oficiais, mas, também, os demais impressos dos órgãos do poder instituído cuja finalidade principal foi inscrever os leitores no roteiro da

*correta leitura*.

Quanto aos Livros, privilegamos os historiográficos e didáticos (PIROLA, 2008). No entanto, tomamos alguns cuidados acerca dessa seleção e distinção.

Um cuidado seria conscientizarmo-nos acerca da arbitrariedade de todo e qualquer intento tipológico e classificatório sobre as fontes. Escolano Benito (2000) e Vinão Frago (2000), ao tratarem das tipologias dos manuais escolares, dimensionaram a empreitada, explicitando tanto as peculiaridades de cada suporte, como as dificuldades de sua classificação. Não é raro acabarmos atribuindo às fontes classificações, qualificativos e potencialidades exteriores ao próprio documento. É válido, portanto, seguindo Koselleck (1990), não olvidarmos que a pragmática da língua é sinuosa, podendo constituir-se tanto como referencial dos eventos históricos quanto criadora desses eventos.

Um outro cuidado seria não dissociarmos as fontes dos seus contextos de inteligibilidade: um primeiro, histórico, correspondendo às outras fontes do período pesquisado, e, com as quais, as fontes selecionadas formavam - ou não - uma inteligibilidade histórica (que pode não ser a mesma daquela formada pela análise isolada); um segundo contexto, arquivológico, corresponde às outras fontes dos acervos pesquisados, com as quais, as fontes selecionadas formam - ou não - uma dada inteligibilidade. Lembramos, no entanto, que, neste contexto, as finalidades, as especificidades e estrutura física do acervo pesquisado afetam diretamente a compreensão do conjunto das fontes.

São, portanto, a partir de tais cuidados, que *lemos os Livros* historiográficos e didáticos, mas, também, os livros-caixa, os de memorialistas, de poemas, de notas, de tomo... Lemos, ainda, os protocolos de leitura e elementos indiciários: os índices, a divisão dos capítulos, a formatação da obra, as marcas de leitura, os bilhetes rabiscados, as mensagens inconclusas... Saberes que se escondem e aparecem de acordo com o olhar que lhes perscruta, práticas de transformaram em "objeto de pesquisa tudo o que na aparência do livro era outrora objeto de paixão" (CHARTIER; ROCHE, 1976, p. 100).

Portanto, acreditamos que o rigor teórico-metodológico no tratamento das *Lutas*, *Leis* e *Livros*, credencia o acesso às normas, às práticas e aos comportamentos, tanto do interior da "caixa-preta" (JULIA, 2001, p.13)<sup>2</sup> quanto no interior de outros espaços

<sup>2</sup> Não devemos perder de vista as especificidades das contribuições ao tratarmos de cultura escolar.

de saber e poder. Credencia, também, o acesso a um jogo cujo tabuleiro é espaço tensionado pelo escrever e apagar, cujo desafio é reconhecer nessas *lutas, leis e livros* da História e da Educação, não somente o que se buscou legar, mas, sobretudo, o que se buscou subtrair da contemporaneidade e posteridade históricas. Nesse sentido, esse desafio se complexifica quando consideramos as tensões inerentes à produção de uma historiografia da educação que se pretende regional ou local apenas como recorte geográfico, desconsiderando a necessária reflexão sobre fontes e procedimentos metodológicos.

### ADINÂMICA...

Para compartilhar, de forma mais específica, reflexões sobre fontes e procedimentos metodológicos, propomos alguns grupos de questionamentos aplicados ao contexto da Província do Espírito Santo da segunda metade do século XIX, o que possibilitará a operacionalização de uma análise do processo de normatização da leitura da História e de seu ensino promovido por diferentes indivíduos e grupos imersos nesse contexto.

#### **...Que modelos e interlocutores de interpretação de História e Ensino são evocados pelos autores na confecção de suas obras? Estes se posicionam consonantes e/ou dissonantes diante de quais outros modelos e interlocutores?**

Se considerarmos toda operação historiográfica como um processo marcado, como assevera Certeau (1982, p. 66-67), por um *lugar social*, por *práticas científicas* e por uma escrita determinada, é forçoso admitir que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tornou-se o lugar privilegiado de estabelecimento de práticas e legitimação da escrita. E o fato dos seus institutos congêneres serem fundados posteriormente não deve ocultar um outro: nas diversas partes do Brasil sempre houve críticos e legisladores da correta História das Capitânicas, Províncias e Estados.

Ao longo do século XIX, por exemplo, uma profusão de registros historiográficos vinha se constituindo: são *Memórias para servir a História...*; *Notícias Históricas da Província de...*; *Memórias Documentadas*; *Memórias Estatísticas...* Até o final daquele século, formar-se-ia um quadro significativo daquilo que se constituiria regional e localmente como “nossa história”.

Mas, se por um lado, o cânone historiográfico e metodológico se constituía, por outro, historiadores e professores-autores já sabiam que publicizar trabalhos era proceder a um temerário ato de filiação teórica, com dupla consequência: louvação ou execração. Exemplificando esse raciocínio, Gasparello (2004) mostrou-nos o opróbrio sofrido pelo general-escritor Abreu e Lima, desferido pelos eleitos do então nascente IHGB. Ainda assim, tal qual ocorrera com o militar monarquista, muitos escritores apresentaram obras de História e Geografia, entregando-se, também, às críticas. Mas, quais Histórias e Geografias eram possíveis? Quais eram aceitáveis? Como se distribuam, comutavam ou restringiam os créditos à *correta leitura* do Brasil e Províncias?

Acompanhemos a triste sorte do erudito maranhense, o Dr. César Augusto Marques, contratado pela administração provincial para escrever o *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Estado do Espírito Santo* (1878). Este renomado literato, médico e historiador, teve a obra desautorizada pelos intelectuais da Província espírito-santense. Um deles, Bazílio Carvalho Daemon, autor da *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopse e estatística*, de 1879, desferiu o golpe:

Esta obra contem muitos defeitos que podiam ser sanados, e que alli existem em consequência de ter o seu author, que aliás é um dos grandes talentos de nosso paiz, cingindo-se unicamente a compulsar algumas obras errôneas e chronicas apogriphas, não tendo visitado a província, nem ido aos próprios lugares de que teve de tratar, recorrido ao Archivo das Câmaras Municipais e outros, tao pouco consultado pessoas habilitadas e praticas, pois se assim o fizesse não veríamos essa obra tao eivada de erros e anachronismos graves tanto da sua parte histórica como physica, política e topographica (DAEMON, 1879, p. 462).

Se não fossem as severas e abertas críticas de Daemon, a obra de Marques teria obtido sucesso e se difundido pelas bibliotecas escolares e instituições públicas? Teria chegado às mãos dos professores? Nada parece ser mais improvável, o maior crítico da Literatura e História do Espírito Santo, Affonso Cláudio, foi ainda mais longe na análise, julgamento e veredito do *Dicionário* do literato maranhense. Ouçamos este discípulo de Silvio Romero e autor da *Historia da Literatura Espírito Santense*.

Mal recebido o livro na província pelo seu duvidoso valor, nunca pôde lograr circulação, permanecendo intactos quase todos os quatro mil volumes que vieram a caber em partilha á quem

encomendou confecção da obra. [...] Depois disto que mais resta dizer? Que o seu livro, como uma definição que não abrange o definido, é deficientíssimo, inçado de erros graves, e de modo algum deve ser tomado em consideração no estudo das coisas da ex-província [...] Obra oficial, tem na nitidez da impressão e na excellencia do papel, as melhores e únicas recommendações (CLAUDIO, 1912, p. 200).

Quatro mil volumes e uma constatação: César parece ter sido lançado aos leões... Devorado por alguns dos que se situavam como críticos de seu tempo, padeceria em terras capixabas mesmo depois de seu falecimento, no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1900.

César Marques não foi o único vitimado por severos críticos. Misael Penna e sua *História da Província do Espírito Santo* (1878), considerada um avanço em relação às histórias precedentes, foi também alvo de crítica: por um lado, por não utilizar os autores “corretos”, por outro, por utilizar os “errados”. Neste último grupo, por exemplo, constava Frei Santa Maria Jaboatam com seu *Orbe Serafico e Brasilico*, ambos considerados “menores” diante da imponência de um Rocha Pitta com sua *História da América Portuguesa*.

O próprio Bazílio Carvalho Daemon que, em sua *Província do Espírito Santo* (1879), criticara César Marques, também recebeu um veredito não menos embaraçoso: “falta absoluta de intuição philosophica nos respectivos autores, ausencia completa de stylo e de methodo na exposição e divisão dos materiais a narrar e uma impropriedade de expressão que faz mal aos nervos” (CLÁUDIO, 1912, p. 208).

Quais seriam, então, os modelos e os interlocutores considerados válidos? Com quem se poderia produzir a *correta escrita e leitura* da História? Uma ironia aponta a dimensão das expectativas projetadas aos próximos escritores: “O historiador que não traja à Rocha Pitta, toma por empréstimo o hábito de Frei Jaboatão...” (CLÁUDIO, 1912, p. 209).

Quem mais faria parte da festa de Clio? Haveria outros trajes? Sim. E Penna, Marques e Daemon deveriam saber que, à época da elaboração de suas obras, “[...] Th. Buckle já havia publicado a sua genial *Civilização* na Inglaterra; J. Draper, o *Desenvolvimento Intellectual da Europa*; F. Laurent, a *Historia da Humanidade*; e J. G. Herder, a *Philosophia da Historia da Humanidade*”. Deveriam ter percebido que “a historia geral entrava em uma phase de brilhante desenvolvimento, graças às investigações originaes e maravilhosas de Mommsen, de Max Dunker, de Gervinus, Prescott e vários outros”

(CLÁUDIO, 1912, p. 201). A lista poderia ser ainda maior...

Assim, à análise desses autores e obras, das *leituras forçadas*, foi válida a advertência de Lucien Goldmann de que o sujeito da ação é um grupo, mesmo que a sociedade atual tenda a ocultar esse coletivo e transformá-lo em uma soma de várias individualidades distintas e fechadas. Metodologicamente, a premissa foi ainda mais promissora pelo fato de Goldmann buscar esse “Nós” não na dispersão de múltiplas obras de vários períodos pesquisados, mas apostar que algumas obras são privilegiadas à inteligibilidade de uma dada realidade e comunidade pesquisada; acreditar que é possível discriminar no interior de uma obra individual os textos “essenciais, constituídos por um todo coerente, com o qual cada obra deve se relacionar [...] a consciência do grupo social de que fazem parte” (GOLDMANN, 1971 apud CHARTIER, 2002, p. 47).

Ora, retomando o caso do embate espiritosantense, não obstante alguns historiadores trajarem-se *inadequadamente* ao seu ofício, poderíamos supor que os professores de história o saberiam? Como recompor os conflitos ligados à ortodoxia da leitura nas realidades educacionais? Quais seriam, por exemplo, as credenciais para que um professor obtivesse sucesso na dinâmica dos bens simbólicos? Isto é:

#### ...Como analisar, historicamente, os créditos concedidos (ou recusados) a um sujeito e sua obra?

Propomos, aqui, considerar uma pesquisa a partir de três corpos documentais: um primeiro, produzido pelo próprio sujeito histórico analisado; um outro, produzido pelos imersos na contemporaneidade do sujeito; um último, pelos que o representaram situados em sua posteridade. Em sentido geral, tal como aconselha o historiador Carl Schorske, procuramos situar e interpretar o artefato num campo onde se cruzam duas linhas:

Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual se estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamentos com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc). A outra, é horizontal, ou sincrônica, com ela o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com outras coisas que vem surgindo simultaneamente, em outros ramos e aspectos de uma cultura. O fio diacrônico é a úrdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural (SCHORSKE, 1988, p. 17).

Em sentido específico, podemos conceber os créditos como “formas de estilização da identidade que

os diversos grupos atuantes na realidade pretendem ver reconhecidas [...] Compreende a dominação simbólica como processo pelo qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas” (CHARTIER, 2002, p. 11).

Seguindo tais orientações, analisemos, por exemplo, Amâncio Pereira (1868-1918). Vejamos como esse “moço trabalhador, inteligente e de uma dedicação exuberantemente provada na carreira que abraçou” (PEREIRA, 1906. p. 5); apesar de “obscuro por nascimento” e “a mingua de recursos” (Afonso Cláudio, 1912, p. 381); se alçou a “redator e fundador de dois jornais” e colaborador de muitos outros (ELTON, 1987, p. 33); até, finalmente, tornar-se “provavelmente o primeiro dramaturgo brasileiro a escrever peças destinadas especificamente ao público infantil” (GAMA FILHO apud NEVES, 2000, p. 5).

Uma biografia interessante, na qual, talvez, dos *múltiplos Amâncios* (teatrólogo, jornalista, republicanista...) o “Professor Amâncio”, e seus livros didáticos sejam, hoje, os mais esquecidos. Não é um fenômeno raro. Os intelectuais brasileiros geralmente não são lembrados pelas obras didáticas que escreveram. Bittencourt (2004) cita, por exemplo, os casos clássicos de Olavo Bilac e do cônego Fernandes Pinheiro. No Espírito Santo, o Padre Marcelino Duarte, patrono da cadeira nº. 1 da Academia Espírito-Santense de Letras, é geralmente lembrado por seus romances e quase nunca por seu livro didático *Arte de ler e de escrever em pouco tempo* (1842). Assim foi com Amâncio Pereira. As obras didáticas do patrono da cadeira nº. 5 da AEL figuram, quase sempre, como marginais.

Para Chartier (2007), uma boa análise histórica desses materiais deve prevenir-se de algumas ciladas, por exemplo: classificar as obras em função de suas idéias pedagógicas (ou, em nosso caso, sobre a História), como se fossem sinais de evolução; ler nos procedimentos de ensino apresentados, a marca de posições teóricas assumidas, pois, afinal, uma grande parte dos autores não se dava ao trabalho de apresentar outras justificativas além das empíricas - o autor sabia que o seu método era eficiente. “Deve-se, contudo, perceber o que autor não acreditava ser necessário recusar ou criticar, ou seja, questões que faziam parte das evidências da época” (CHARTIER, 2007, p. 73-74).

Entretanto, foi justamente essa literatura marginal que nos permitiu acessar muitas apostas e respostas do “Professor Amâncio” às demandas de seu tempo; compreender como ele e sua produção intelectual

situaram-se em relação a outros indivíduos e produções intelectuais; recompor algumas *lutas, leis e livros* do ensino de História no Espírito Santo do último quartel do século XIX. Para tanto, do conjunto documental escrito pelo professor Amâncio, daremos centralidade aos livros didáticos sob o título *Noções Abreviadas de Geographia e História do Espírito Santo*, cujos marcos temporais se estendem desde a primeira edição, entregue à Diretoria de Instrução Pública do Estado em 1893 e aprovada 1894, até a sua sexta e última edição, aprovada e publicada em 1922.

### **Quais indícios de posse, uso e circulação das obras em suas diversas edições possuímos? Quais negociações de escrita, impressão, reimpressão e distribuição podemos recompor? Como tais elementos da dimensão da materialidade participam no processo de visibilização ou invisibilização dos sujeitos e obras?**

Neste sentido, o pesquisador Michel apud Choppin (2004, p. 563), foi lúcido e direto: “Não podemos fazer muita coisa até sabermos que livros foram publicados e onde estão os volumes sobreviventes.” É bem verdade... E não saberíamos dizer o que é mais difícil ao pesquisador: vislumbrar a existência de uma importante obra, sem encontrar um volume qualquer, ou, encontrar, e descobrir se tratar de uma derradeira obra. Foi a situação com a qual nos deparamos ao observarmos Heráclito Amâncio Pereira, filho do professor falecido em 1918, tratar, no prefácio da sexta edição do livro de seu pai (1922), da exiguidade da obra didática de seu pai e justificar a edição póstuma:

Era propósito do Autor deste livro, o professor Amancio Pereira, meu Pae, fazer nova edição do mesmo, devido terem-se esgotado os exemplares das quatro edições anteriores, que delle se fizera, e a se achar em via de desaparecimento os da quinta. [...] Justifica a presente, o facto de não existência de um só volume daquella última tiragem, facto esse que indica a grande acceitação que mereceu este livro, a única obra que, no seu genero, temos sobre o Espírito Santo [...] (PEREIRA, 1922).

O caso torna-se mais grave e, ao mesmo tempo, inusitado, se refletirmos sobre o fato de que a própria sexta edição, que trata da inexistência de edições anteriores, constava como inexistente. Os poucos autores que se referiram ao *Noções Abreviadas* (VALLE, 1971; ELTON, 1987; RIBEIRO, 2006), registravam-no até sua 5ª edição. No entanto, encontramos a 6ª edição, de 1922, promovida por seu filho Heráclito Amâncio Pereira.

A busca pelas edições e seus indícios não foi simples. Visitamos mais de 50 acervos entre arquivos públicos e bibliotecas escolares, produzindo mais de 10.000 digitalizações referentes a livros didáticos de Espírito Santo e Brasil. Deste conjunto, resplandeceram do olvido três libretos do velho professor normalista e quatro referências a outros que possivelmente teriam resistido às voracidades dos tempos.

Dos três exemplares, dois (4ª edição, de 1906, e 6ª edição, de 1922) foram encontrados na seção de obras raras da Biblioteca Central da UFES, na Capital, Vitória; o terceiro exemplar (6ª edição, de 1922), na Biblioteca “Casa dos Braga”, em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Espírito Santo. Das quatro referências, a primeira indica a existência de uma 6ª edição, de 1922, no IHGES; a segunda referência, também indica a existência de uma 6ª edição, de 1922, no IHG do Sergipe; a terceira referência, indica a existência de uma 4ª edição, de 1906, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; a última referência, indica também uma 4ª edição, de 1906, na Livraria Sousa e Almeida, em Portugal...

Exiguidade e dispersão no presente, profusão e aceitação no passado. As estratégias de comercialização e divulgação das obras em seus respectivos contextos históricos são uma boa via de acesso à compreensão desse longo caminho dos livros.

Bittencourt (2008, p. 88) lembra que “a carne” da produção de livros no Brasil os livros didáticos foi degustada a partir de hábeis estratégias de venda, distribuição e articulações com o Estado. E tais estratégias fizeram toda a diferença no processo de visibilização de autores e livros didáticos. Neste sentido, não obstante a produção didática do professor Amâncio ser pessoal e local, utilizou-se de artifícios editoriais e comerciais muito em voga pelas grandes editoras. Quais seriam algumas dessas estratégias?

Abramos o exemplar da quarta edição de 1906 e percorramos o roteiro de elogios estrategicamente apresentados aos leitores. Prática comum da época, muito bem aproveitada pelos promotores do opúsculo. No alto de sua primeira página figura o parecer do então Diretor da Instrução Pública, Pessanha Póvoa, de 27 de novembro de 1893, submetendo a 1ª edição ao presidente da Província e enfatizando que a “modéstia do título, está a quem (sic) do pecúlio que o autor oferece à mocidade” (PEREIRA, 1906, p. 4).

O *Commercio do Espírito Santo*, de 16 de maio de 1895, nota a qualidade do impresso saído das oficinas da

Companhia Typographica do Brazil e o “modesto trabalho” do “moço trabalhador, inteligente e de uma dedicação exuberantemente provada na carreira que abraçou” (PEREIRA, 1906, p. 5). Diz o jornal *Mala da Europa*: “Temos mais em nosso poder, e delle faremos especial menção depois de o havermos lido [...] 'escripto com muita clareza, sobriedade e elegância'” (PEREIRA, 1906, p. 7). O jornal *Estado do Espírito Santo*, de 10 de julho de 1897, agradece a gentileza “do provecto professor” em oferecer “a 2ª edição” do seu *Noções Abreviadas* e “[...] basta lembrar que elle é um successo de livraria, visto que esgotou já uma edição” (PEREIRA, 1906, p. 8). Finalmente, *O Pharol*, recebe a 3ª edição “de sua “conhecida producção didactica” e nota que o “trabalho typographico é nítido e bem acabado, recommendando a factura artística das officinas do nosso bom amigo Sr. Nelson Costa”. Parabeniza o “incansável e dedicado preceptor Sr. Amancio Pereira” (PEREIRA, 1906, p. 9).

A esta altura, é válido notar que nosso “incansável e dedicado preceptor” foi também um incansável e dedicado jornalista. Fundador e redator de dois jornais: *Sete de Setembro* e a *Gazeta Literária*, além de colaborador em *O Espírito Santense*, *Gazeta de Vitória*, *Gazeta do Itapemirim*, *Pyrilampo*, *Comercio do Espírito Santo*, *Echo da Lavoura*, *Autonomista*, *A Tribuna*, *Jornal Oficial*, *Diário da Manhã*, *Nova Senda*, *Regeneração*, *Meteoro*, *O Semanal*, *O Lidador*, *O Combate*, *Alvorada*, *A Ordem* (ELTON, 1987, p. 33).

Importante constatar, também, que sua atuação como redator e colaborador dos jornais, abrangeu boa parte dos periódicos que divulgavam seus próprios livros. Inclusive, muitos dos influentes homens que referendavam e endossavam seus manuais didáticos, trabalharam e colaboraram nos mesmos jornais que Amâncio. E não referendavam somente livros didáticos. Divulgavam também suas novelas, como, *Beatriz ou A cruz do juramento*; contos, *Folhas dispersas*, de 1896; peças de teatro, *Vitória de relance*, escrita e encenada em 1916; (GAMA FILHO apud NEVES, 2000, p. 5). Contudo, além de jornais, Amâncio Pereira também produzia Almanques: o *Almanak do Estado do Espírito Santo*, que, naturalmente, promovia seus livros. Em nosso estudo, tal profusão documental contribuiu muito ao cruzamento das informações e diálogo entre as fontes. Mas, que vantagem documental específica um almanaque forneceria?

Para Park (1999) e Meyer (2001) os almanques são fontes inestimáveis. Produzidos por indivíduos

extremamente comprometidos com a vida social local, possibilitam conceber um quadro das atividades urbanas, e permite aproximações de suas características no passado. Informam, também, de modo peculiar, as características e relações da vida social e econômica, indicando, por exemplo, o “quem é quem” nas localidades: juristas como Carlos Xavier Paes Barreto; coronéis como Ramiro de Barros; padres como Elias Tomasi; e presidentes de Estado como Bernardino de Souza Monteiro:

“Honra as páginas deste Almanak a fotografia do eminente homem público, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, a quem por eleição realizada em fevereiro de 1916, confiou o povo espírito santense seus destinos, os destinos desta parte da federação brasileira, entregando-lhe a curul presidencial, na qual, com honestidade, zelo, patriotismo e justiça, se tem sabido manter no meio dos aplausos desse mesmo povo que o acata com a mais subida veneração” (PEREIRA, 1918, p.2).

Estão também, logo nas primeiras páginas do Almanak de Amâncio Pereira, os nomes de quase todas as autoridades locais, separadas por seções como “Representação Federal”, “Representação Estadual”, ou “Corpo Consular”. Protocolos de leitura que explicitam as pessoas e grupos influentes, as mudanças de cargos, as novidades políticas – tudo, naturalmente, acompanhado das “Festas”, “Bênçãos” e “Eclipses”... (PEREIRA, 1918).

No *Almanak* do Professor Amâncio figura também a estrutura educacional da Província: os diretores, delegados literários, professores, as resoluções e as instituições escolares. Todo um fluxo de preciosas e específicas informações que, não contempladas nos documentos oficiais educacionais, muitas vezes, revelam muito mais sobre sua Educação.

E foi justamente neste *Almanak* anual que, em página inteira, encontramos o anúncio: “Livros do Professor Amâncio Pereira” - vendidos na *Sociedade de Artes Graphicas* e *Typographia Coellho*, por 2\$000 reis cada (PEREIRA, 1918). E não é pouca coisa se considerarmos que esse Almanak, com 172 páginas na edição de 1918, e 154 páginas na de 1919, impresso em “formato 158 X 200 m/M, a duas columnas”, alcançou 2.000 exemplares de tiragem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois mil exemplares e uma constatação: Amâncio

Pereira sobreviveu aos leões...

...Divulgando regionalmente e nacionalmente seus livros e demais impressos; estreitando relações com a administração política e educacional; vendendo a preços acessíveis; aperfeiçoando esteticamente suas obras; submetendo-as à apreciação de autoridades diversas; usando e divulgando elogios das autoridades em relação a si e a suas produções.

Protocolos decisivos e interessados; estratégias através das quais se sobrevive, ou não, em um circuito altamente restritivo, no qual, todo trânsito intelectual é negociado entre os pares. Amâncio Pereira sabia que estava no centro desse turbilhão de grandes e pequenas coisas que concedem e recusam os créditos aos sujeitos e às obras. E se existe algum topo ao final da sinuosa e íngreme subida na historiografia capixaba, o Professor Amâncio chegou lá.

E nós, metodologicamente, como chegamos até aqui? Muitas seriam as respostas. No entanto, temos algumas: divisando estratégias de promoção e de autopromoção; apreendendo condicionantes de emergência de escritas; analisando aspectos da materialidade, circulação e impacto das obras; buscando convergências em comunidades aparentemente heterogêneas e divergências em comunidades aparentemente homogêneas.

Foi assim que chegamos à compreensão acerca de como Amâncio Pereira construiu, participou e expandiu uma forte e complexa rede que funcionou decisivamente em prol de seus membros; de como desenvolveu uma visão muito nítida das negociações do seu meio intelectual; de como utilizou a sua e outras produções como insígnias de pertencimento; enfim, de como criou uma percepção profunda dos leitores e leituras de seu tempo.

Se lembrarmos ainda que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo foi fundado somente em 1916, seria bom não esquecer que a imprensa nas províncias também assumiu um lugar privilegiado de estabelecimento de práticas e legitimação da escrita. Ninguém se movimentou tão bem como esse professor que produzia jornais, e jornalista que produzia livros. Assim, a imersão de Amâncio Pereira na dinâmica dos bens não foi realizada pelos Institutos Históricos e seus jogos de poder. Amâncio Pereira, além de anterior a ambos, se antecipou a ambos.

Os literatos, eruditos, escritores e críticos que, posteriormente, reluziriam nos lugares de memória e

história, provinham, via de regra, dos grandes liceus das capitais, ou dos incendiários jornais republicanos ou monarquistas. Em um primeiro momento, os atos de filiação, louvação ou execração social e teórica foram filtrados nesses lugares – já reconhecidos e demarcados por Amâncio Pereira. Na segunda metade do século XIX, quando ainda se erigiam os monumentos identitários dos brasis coexistentes, o professor e jornalista Amâncio Pereira já se fazia duplamente respeitado - “ambos” produziam e divulgavam histórias e historiografias do Espírito Santo. Além do *Noções Abreviadas de Geographia e História do Espírito Santo* (1894), é também da lavra historiográfica de Amâncio Pereira, o *Homens e Cousas do Espírito Santo* (1914).

Faz sentido, portanto, que, a partir de 1916, Amâncio Pereira comece a ser representado, majoritariamente, como grande jornalista, teatrólogo, e historiador-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Seus biógrafos (quase todos do IHGES) também o têm destacado como correspondente e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; da Societé Académique de Histoire Internationale de Paris; (PEREIRA, 1922; ELTON, 1987; RIBEIRO; 2006). Contudo, Amâncio Pinto Pereira gostava de ser reconhecido como Professor. E assim era, majoritariamente, reconhecido em sua época. Amava a sua profissão. Foi professor normalista, professor de história, professor aposentado da Escola Modelo *Jeronymo Monteiro*, professor-autor de livros didáticos de História do Espírito Santo.

Recuperar a trajetória da produção bibliográfica desse Professor permitiu-nos, assim, refletir sobre as especificidades de uma história da educação local que, para além do reducionismo geográfico, imprime passos procedimentais próprios na busca, seleção, usos e questionamentos de fontes diversas (LEITE; PIROLA, 2007). A crescente atenção da historiografia contemporânea às realidades históricas concebidas como regionais e locais, merece ser compartilhada com reflexões que, como esta, considera algumas possibilidades de procedimentos referentes a essa historiografia.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

\_\_\_\_\_. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRUTER, A. *L'enseignement de l'histoire à l'école primaire: de la révolution à nos jours*. Lyon: INRP, 2007.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Écouter les morts avec les yeux*. Paris: Collège de France/Fayard, 2008.

\_\_\_\_\_. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, R.; ROCHE, D. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Tradução Terezinha Marinho. Rio de

- Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CHOPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- CLAUDIO, A. *História da literatura espírito-santense*. Porto: [s. n.], 1912.
- DAEMON, B. C. *Historia e estatística da Província do Espírito Santo*. Victoria: Typografia Espírito Santense, 1879.
- DUARTE, M. *A arte de ler e de escrever em pouco tempo*. [S.l.: s. n.], 1842.
- ESCOLANO BENITO, A. Tipología de libros y géneros textuales en los manuales de la escuela tradicional. In: TIANA FERRER. El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas. Madri: UNED, 2000.
- ELTON, E. *A academia espírito-santense de letras*. Vitória: AEL, 1987.
- GASPARELLO, A. M. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. Rio de Janeiro: Iglu, 2004.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- KOSELLECK, R. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Edit. de l'EHESS, 1990.
- LEITE, J. L.; PIROLA, A. L. B. O livro didático no Espírito Santo: o desafio das fontes. In: SILVA, G. V.; SIMÕES, R. H. S.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *História e educação: territórios em convergência*. Vitória: UFES, 2007. p. 197-216.
- MARQUES, C. A. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- MEYER, M. *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- NEVES, R. S. *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo*. Vitória, 2000. Disponível em: <[http://www.estacaocapixaba.com.br/escritor\\_es/visao/mapa/mapa\\_2.html](http://www.estacaocapixaba.com.br/escritor_es/visao/mapa/mapa_2.html)>. Acesso em: 31 maio 2007.
- PARK, M. B. *História e leitura de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- PENNA, M. F. *História da Província do Espírito Santo*. Victoria: Typographia de Moreira, Maximo & Cia, 1878.
- PEREIRA, A. *Almanak do Estado do Espírito Santo*. Primeiro Anno. Victoria: Typographia Coelho, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Noções abreviadas de geographia e história do Espírito Santo*. 4. ed. Victoria: Papelaria e Typografia Nelson Costa & C., 1906.
- \_\_\_\_\_. *Homens e cousas do Espírito Santo*. Vitória: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1914. Edição fac-similar.
- PEREIRA, H. A. *Geographia e história do Espírito Santo*. 6. ed. Victoria: Typographia Coelho, 1922.
- PEREIRA, H. A.; PEREIRA, M. L. *Almanak do Estado do Espírito Santo: segundo anno*. Victoria: Typographia Coelho, 1919.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: PEREIRA, A. *Noções abreviadas de geographia e história do Espírito Santo*. 6. ed. Vitória: [s. n.], 1922.
- PIROLA, A. L. B. *O livro didático no Espírito Santo e o*

*Espírito Santo no livro didático: história e representações.* 2008. 265f. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, F. A. (Org.) *Academia Espírito-Santense de Letras: patronos & acadêmicos.* Vitória: Prefeitura Municipal Vitória, 2006.

SCHORSKE, C. E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura.* Campinas: UNICAMP, 1988.

VALLE, E. O estado do Espírito Santo e os espirito-

santenses. Vitória: Apex, 1971.

VIÑAO FRAGO, A. La catalogación de los manuales escolares y la historia de las disciplinas a través de sus denominaciones. In: TIANA FERRER. *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas.* Madri: UNED, 2000.

---

Recebido em Maio de 2010.

Aprovado em Abril de 2010.

---